



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3089 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
ABRIL 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Inês Fonseca

Celebrar Abril é celebrar a reforma agrária mas a realidade atual é diametralmente oposta. Agricultura intensiva, exploração laboral, envelhecimento e desertificação são alguns dos problemas identificados pela arquiteta Inês Fonseca, uma das porta-vozes do movimento alentejano Chão Nosso. **págs. 8 e 9**



SOCIEDADE

Habitação, um direito por cumprir

A resistência de quase meio século ao fascismo abriu as portas da liberdade com um processo revolucionário. A luta e participação das populações abriu caminho à consagração do direito constitucional à habitação mas

a contra-revolução truncou essa viagem de sonhos e esperanças. Quase meio século depois, o acesso à habitação continua a ser um problema para milhares de pessoas. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO

Atividades Extracurriculares

N'A Voz, toda e qualquer interação entre crianças e adultos comporta uma natureza educativa. As Atividades Extracurriculares não são alheias a este pensamento. **pág. 3**



PS trava regresso de freguesias

O governo tinha prometido que faria reverter a extinção de freguesias, imposta em 2013, mas à última hora alinhinou-se com os partidos à sua direita. O projeto do PCP pretendia repor as freguesias extintas durante o governo de Passos Coelho. A Anafre tinha apelado aos deputados para que aprovassem a lei até ao fim de março, para reverter a fusão de 2013 a tempo das autárquicas. **pág. 11**



Governo tenta bloquear apoios

António Costa tentou impedir a promulgação de apoios sociais aprovados na Assembleia da República mas Marcelo Rebelo de Sousa viabilizou diploma. Portugal é um dos países europeus mais afetados pela pandemia. Simultaneamente, é o terceiro país, entre os que integram a Zona Euro, que menos gasta em medidas de resposta à crise económica e social. **pág. 13**



Supremo limpa ficha de Lula

Anuladas as condenações, Lula da Silva pode mas ainda não avançou para uma recandidatura à presidência do Brasil. A pressão eleitoral já se faz sentir. Numa guinada repentina, Bolsonaro voltou a acreditar que a Terra é redonda e até já fala em vacinas. A comprovada parcialidade do ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro é pedra na engrenagem da extrema-direita. **pág. 14**

45.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

A Constituição da República Portuguesa celebra este mês o seu 45º aniversário. Foi no dia 2 de Abril de 1976 que a Assembleia da República a aprovou, para entrar em vigor no dia 25 de Abril desse ano, vincando a sua forte relação com a Revolução, que restituiu ao povo português a liberdade, a democracia e os direitos fundamentais, homenageando assim o povo português, que em aliança com o MFA, protagonizou um dos acontecimentos mais significativos da nossa história, culminando uma longa e heroica luta, em muitos casos com o sacrifício da própria vida, pondo fim a 48 anos de ditadura fascista.

A Constituição consagra tudo aquilo que a Revolução de Abril significou para o povo português e para o país em termos de liberdade, democracia e esperança num futuro melhor, passando a constituir um pilar determinante do regime democrático nascido da Revolução, sendo o garante dos direitos e liberdades há muito sonhados e um instrumento para a transformação da sociedade, que dá enorme relevo aos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos, aos princípios de igualdade efetiva, participação e intervenção, constituindo um ideal de sociedade à medida do processo revolucionário que lhe esteve na origem.

Mesmo com as machadadas que lhe foram infligidas, a nossa Constituição, pelo seu conteúdo progressista, continua a ser um sério obstáculo à política de direita e ao aprofundamento das políticas antissociais e o principal garante da democracia e da liberdade, consagrando o direito ao serviço público, designadamente à segurança social, à saúde e à educação, o direito ao trabalho e à habitação, razão porque a direita e o grande capital demonstram por ela um ódio visceral, sendo alvo dos mais ferozes ataques.

Este é o confronto daqueles que sabem que a Constituição constitui um entrave a uma mais acentuada exploração dos trabalhadores, daqueles que querem continuar a ajustar contas com o 25 de Abril, não enjeitando mesmo o regresso ao passado fascista que de todo em todo pretendem branquear. Estão contra o direito ao trabalho e os direitos funda-

mentais dos trabalhadores e das suas organizações, nomeadamente a liberdade sindical, o direito de negociação coletiva, o direito à greve e o direito a um salário justo. Direitos duramente conquistados por muitas gerações de trabalhadores, que a Revolução de Abril permitiu consolidar e a Constituição consagrou.

É igualmente o confronto daqueles para quem tudo se traduz em negócio, combatendo por isso o serviço público que a Constituição determina enquanto princípio do Estado de direito democrático e do Estado social, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde com o acesso de todos à saúde, do Sistema Público de Segurança Social, universal, para proteção todos os cidadãos designadamente nas situações de carência e a Escola Pública, para garantir a igualdade de oportunidades para todos.

Importa reafirmar que tem sido devido à política de direita em desrespeito pela Constituição, seguida ao longo de décadas e que no essencial o atual Governo não reverteu, que o país viu aumentar a desigualdade, a exploração e a pobreza. Se a Constituição tivesse sido cumprida, o país estaria em melhores condições de responder à atual situação de crise pandémica com nefastas consequências não só em termos de saúde pública, como também na situação económica e social.

Importa aqui relevar a grande importância do Serviço Nacional de Saúde, bem demonstrada na resposta à pandemia, resposta essa que teria sido ainda mais eficaz, não fora o desinvestimento a que esteve sujeito pela política de direita, para quem a saúde é um negócio, restringindo o seu acesso às posses de cada um.

É no exercício da Constituição, cumprindo-a e respeitando-a, que se encontra o caminho de recuperação da nossa economia, com uma política de desenvolvimento soberano do país, apostando no aumento do rendimento dos trabalhadores e reformados, no investimento público e controlo dos sectores básicos e estratégicos, na produção nacional, nos serviços públicos e na promoção da justiça social.

As comemorações que se aproximam do 25 de Abril e do 1º de Maio constituirão igualmente uma forma de afirmação dos direitos dos trabalhadores e do povo e de celebração do 45º aniversário da Constituição da República Portuguesa que os consagra.

EDITORIAL

Abril é democracia

Todos nós temos direito à habitação. Não devia ser um sonho, devia ser um facto. A Constituição da República Portuguesa consagra o dever do Estado de garantir esse direito. E esse direito é tão direito como todos os outros. “A paz, o pão, habitação, saúde, educação, só há liberdade a sério quando houver liberdade de mudar e decidir, quando pertencer ao povo o que o povo produzir”, cantou Sérgio Godinho para nos lembrar as razões que levou um povo a arregaçar as mangas durante o processo revolucionário.

Nas cidades e nos campos, a democracia é condição essencial para uma vida digna para quem neles vive. Também os trabalhadores agrícolas conquistaram direitos e o acesso à terra durante a revolução. Só que a reforma agrária não é uma mera recordação daquilo que podia ter sido o interior. É um instrumento essencial que mantém toda a atualidade.

A democracia não é só votar de quatro em quatro anos. É participar de forma ativa na comissão de moradores, na associação recreativa do bairro, no movimento de utentes por melhores transportes públicos e no sindicato por melhores salários. Porque a democracia tem de ser política mas também económica, social e cultural.

Estas quatro vertentes guiaram aqueles que construíram Abril e que deixaram, apesar da contra-revolução, um património para as gerações de hoje e de amanhã. A enfrentar crises sucessivas, políticas de direita independentemente do protagonista no governo, a atual pandemia expôs a nu a natureza desigual do sistema em que vivemos. Se houve quem ousasse falar em capitalismo de rosto humano, o momento que vivemos prova que os trabalhadores e o povo só podem confiar na sua capacidade de organização e resistência.

Que Abril seja um farol para o futuro que precisamos de construir.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária

Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



ESCOLAS

As Actividades Associativas n' A Voz do Operário



“Estes momentos têm de contribuir para o desenvolvimento de cada criança.”

Ivo Serra, Diretor pedagógico - Restelo e Ajuda

As Actividades Extra Curriculares (AEC's), denominadas n'A Voz do Operário de Actividades Associativas, tentam representar nos dias de hoje mais uma face da diversidade educativa que ao longo do dia preenche cada contexto educativo. A realidade, contudo, apresenta um conjunto de limitações às quais devemos estar não só atentos mas proactivos, no sentido de promover as necessárias alterações que conduzam a uma mudança na forma como estas são perspectivadas, surgem em cada escola, se organizam em função dos seus objectivos e se materializam na vida das diferentes comunidades educativas.

Nas escolas d'A Voz do Operário defendemos que toda e qualquer interacção entre crianças e adultos comporta, de forma intrínseca, uma natureza educativa. Desta forma, nenhuma actividade que envolva qualquer criança ou grupo de crianças pode estar à margem desta lógica. Assim, toda e qualquer actividade deve estar alinhada com o Projecto Educativo da instituição e ser conceptualizada de forma coerente com os princípios por nós preconizados. Dito isto, devemos analisar as actividades associativas ou AEC's sob uma dupla perspectiva: qual o papel que devem exercer no seio de uma comunidade educativa e como se organizam ou devem organizar, de forma a responderem aos objectivos a que se deverão propor.

Eventualmente, a forma mais fácil de começarmos a discutir qual o papel de uma AEC poderá ser começando por perceber o que esta não pode ser. No actual sistema educativo, não raras vezes, o primeiro passo para pensar uma AEC é o de como preencher um determinado período de tempo da criança, já depois de terminadas as aulas, de forma a permitir que a sua família se mantenha a trabalhar. A criança precisa ser “entretida”

com actividades pensadas, definidas, decididas e geridas por adultos, para que possa conseguir suportar da melhor forma possível o tempo que a separa da sua família. Quando assim é, os custos de qualquer actividade serão quase sempre superiores aos seus benefícios. Não obstante o esforço que a maioria destes adultos investe na estruturação destes momentos, ele não deixa de estar sediado numa lógica que, mais uma vez, deixa o “superior interesse da criança” no fim das prioridades definidas.

“Nas escolas d'A Voz do Operário defendemos que toda e qualquer interacção entre crianças e adultos comporta, de forma intrínseca, uma natureza educativa. Nenhuma actividade pode estar à margem desta lógica.”

Um dos primeiros problemas, senão o primeiro é, desde logo, semântico. Uma actividade “extra” curricular pressupõe uma actividade que acontece para além do currículo. É qualquer coisa que sobra de um dia que, importa não esquecer, já vai longo e nem sempre produtivo. Ora, uma actividade que de facto se pretende valiosa para o desenvolvimento de qualquer criança, mas que acontece depois do período escolar, deixa, inevitavelmente, a descoberto os problemas intrínsecos ao próprio currículo. Porque este deve ser, por princípio, o maior e mais pensado barómetro de um desenvol-

vimento amplo, saudável e transversal. Assim sendo, pouco ou nada devia sobrar, se tudo o que de significativo para a vida dos miúdos lá pudesse estar. Então, porque o currículo, quando não gerido colectivamente, é uma mera lista de metas a atingir, fica para depois desta corrida o tempo para as actividades que alguém decide sobram.

O papel das AEC's não pode por isso ser pensado numa lógica de algo que pouco importa ou que só importa no tempo e no espaço em que acontece. Estes momentos, todos os momentos, têm de contribuir para o desenvolvimento de cada criança e por isso serem pensados, definidos, geridos e avaliados também com as crianças em causa.

A organização de uma AEC deverá portanto obedecer a um conjunto de princípios que promova, para a vida de quem dela usufrui, a mais-valia permanente que a escola deve representar. Se, como já vimos, qualquer actividade deve ser pensada e projectada com a participação estrutural de quem dela usufrui, o resultado desse trabalho deverá apontar para uma actividade que tenha subjacente um tempo e um espaço de relação entre as crianças. Diversos estudos demonstram que estas actividades podem desempenhar um papel significativo na melhoria das ligações que se estabelecem entre crianças, promovendo o desenvolvimento de uma maior capacidade de socialização e aceitação pelos pares. Assim, o papel destes momentos é de fortalecer e enriquecer o desenvolvimento da criança enquanto pessoa, mais do que um complemento do currículo.

Na nossa instituição é ainda difícil conseguir estabelecer as pontes necessárias para que os adultos responsáveis por estes momentos conheçam e se apropriem quer do Projecto Educativo d'A Voz do Operário, quer dos princípios e valores de toda a instituição. Ainda assim, um envolvimento próximo destes adultos para com a vida da instituição, através de uma ligação que não apenas momentânea, é um passo fundamental no sentido desejado. A participação destes adultos em momentos-chave da instituição e o seu envolvimento na vida associativa d'A Voz do Operário são alguns exemplos de uma aproximação importante para a criação de um vínculo e um compromisso mais profundos. Da parte d'A Voz do Operário, a criação de condições de facilitação desta aproximação é igualmente imperiosa. Esta deve ser também pensada para que, uma vez criadas as condições para que as Actividades Associativas sejam mais uma expressão da tarefa colectiva a que nos propomos, estejam acessíveis a todas as crianças das nossas escolas sem a condicionante de um valor financeiro acrescido, ao qual nem todas as famílias estarão em condições de conseguir responder. Estatisticamente são precisamente as crianças de maior fragilidade económica e social que mais beneficiam destas actividades.

As Actividades Associativas deverão ser a continuação da concretização de um caminho que é desenhado em função do cumprimento do papel mais nobre e sério que pode ser dado a qualquer adulto: o de participar, consciente e activamente, na Educação dos que garantirão o futuro de qualquer comunidade. A nós, Voz do Operário, continuará a caber-nos a tarefa de nos mantermos na vanguarda desse caminho.

“Tudo conseguem quando coletivamente organizados” - dizia o sindicalista Júlio F. de Matos



Júlio Ferreira de Matos, preso político antifascista, em 1937 (Arquivo PIDE/DGS - Arquivo Nacional Torre do Tombo).

Luís Carvalho, investigador

I.

O aniversário da sociedade *A Voz do Operário* em Fevereiro de 1934 coincidiu com um momento particularmente pesado para a classe trabalhadora em Portugal. Sob a liderança de Salazar, a ditadura militar transformara-se num regime do tipo fascista.

Estava aberta uma verdadeira época de “caça” aos ativistas pelos direitos dos trabalhadores. As prisões sucediam-se, para esmagar a contestação à dissolução forçada dos antigos sindicatos livres.

A PIDE tinha acabado de nascer e já vinha com os dentes bem afiados: dois meses depois assassinava o sindicalista Manuel Tomé, torturado até à morte.

A Voz do Operário também tremeu. Manuel Tomé era nosso vizinho, da nossa rua, como dirigente da cooperativa Caixa Eómica Operária.

Um ex-presidente da assembleia geral de *A Voz do Operário*, Júlio Luiz, que deixara este cargo ainda há poucos meses, também tinha sido preso. Felizmente, dessa vez não foi deportado para África, como já tinha acontecido.

Lá fora, Mussolini era senhor de Itália e Hitler já comandava a Alemanha. A grande crise económica de 1929 ainda multiplicava desemprego e miséria pelo mundo fora.

II.

Era preciso resistir!

Um dos ativistas que nesses anos asseguraram a continuidade de *A Voz do Operário* foi o torneiro mecânico Júlio Ferreira de Matos. Integrou então a direção, o conselho fiscal, a comissão de pareceres. E colaborou

pontualmente no jornal.

Nesse aniversário da sociedade *A Voz do Operário*, em 1934, Júlio Ferreira de Matos recordou o passado e procurou um caminho para o futuro.

Do passado, recordou os “batalhadores, operários conscientes” que “se dedicaram de alma e coração à organização de um jornal que demonstrasse o sentir da classe trabalhadora”. Sobre a sociedade *A Voz do Operário*, “filha legítima do mesmo jornal” evocou o “esforço empregado por todos quantos por ela têm passado como corpos gerentes, deixando cada um desses elementos a sua cota parte da bagagem que possuem para que ela se possa erguer ao mais alto píncaro” na causa da instrução.

Onde é que ele vislumbrou futuro?

Ao sublinhar que “todo este trabalho foi e será colectivo, e nunca individual”. O caminho para a resistência da classe trabalhadora passava por aí: “que todos os homens se capacitem que isolados nada valem, assim como nada fazem, mas sim tudo conseguem quando coletivamente organizados”.

III.

Quem era Júlio Ferreira de Matos?

Nascido no Porto, em 1888, salientou-se por volta de 1920 como dirigente do novo Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa, que veio unificar operários que antes estavam divididos em várias organizações, de diferentes ofícios do mesmo sector.

Este importante sindicato contou com vários dirigentes ilustres como Francisco Viana, José de Sousa ou Emídio Santana. E foi um foco de cultura: nele funcionou uma escola de *A Voz do Operário* e uma secção da Universidade Popular Portuguesa.

Nos trabalhos recentemente concretizados na biblioteca de *A Voz do Operário* foi possível identificar e reunir um precioso espólio com 112 volumes que pertenceram à biblioteca deste sindicato. Seguramente bastante incompleto, constitui ainda assim uma importante amostra do que eram as bibliotecas sindicais da época, com um acervo não apenas de cariz sindical, político e associativo, mas também cultural, técnico e científico.

Como foi frequente acontecer a sindicalistas sob o regime da 1ª República, Júlio Ferreira de Matos foi então várias vezes preso político:

- em 1919, “por se manifestar contra o governo e gritos subversivos”;
- em 1920, “por ordem superior”;
- em 1921, quando se preparava para realizar uma palestra no sindicato dos mineiros de Aljustrel;
- em 1923 acusado de ser um “bombista perigoso”;
- e em 1924 “por ser agitador”.

Como muitos outros sindicalistas da sua geração, voltou a ser preso político no tempo do fascismo. No seu caso, em 1937, por auxiliar militantes clandestinos.

A dada altura, Júlio Ferreira de Matos tinha ido trabalhar para o Arsenal do Exército. E também aí se notabilizou como dirigente sindical, cooperativista e mutualista. Foi ainda presidente da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

Faleceu em 1948, sendo então recordado como um “operário metalúrgico muito sabedor e inteligente”, um “dos elementos mais activos e organizadores da sua classe” e “um dos dedicados amigos” de *A Voz do Operário*.

IV.

No ano do centenário do Partido Comunista Português, recorde-se que Júlio Ferreira de Matos foi um dos seus principais fundadores, como membro da comissão organizadora formada em Dezembro de 1920.

Admirador da Revolução Russa, esteve depois entre os vinte e um subscritores do manifesto que deu origem à corrente sindical afecta ao PCP, em maio de 1923. E ainda nesse ano, presidiu à sessão de encerramento do 1º congresso do PCP.

Júlio Ferreira de Matos é um exemplo dos fundadores e primeiros dirigentes do PCP que depois, sob a ditadura, foram presos políticos antifascistas.

Foi esse o caso de:

- 39% dos membros da comissão organizadora;
- 40% dos membros da primeira direção, a “Junta Nacional” eleita em março de 1921;
- 60% dos membros do “comité central” eleito na conferência nacional de março de 1923;
- e 43% dos membros das direções eleitas nos congressos de novembro de 1923 e maio de 1926.

Estes são números corrigidos e numa contagem ainda por baixo.

Contabilizando exemplos como o de Júlio Ferreira de Matos, ilustram as raízes antifascistas dum partido que nasceu sobretudo no seio do movimento sindical.

VOZ

O Tempo de Estudo Autónomo também confinou...



“Os alunos consideram os momentos de Tempo de Estudo Autónomo (TEA) muito importantes para a sua aprendizagem.”

Luis Godinho, Professor do primeiro ciclo

Quando em março de 2020 a pandemia levou milhares de alunos para casa, numa altura de medos e incertezas, a Voz do Operário tentou garantir que, aquilo que mais nos distingue, não ficasse esquecido para trás, como o eco dos nossos alunos a correr pelos corredores.

Já nessa altura, com a participação de todos, como é nosso hábito, estabelecemos diferentes estratégias para garantir, dentro dos possíveis, que todas as nossas rotinas se mantinham, mesmo que à distância.

Em janeiro de 2021, depois de um regresso feliz e que ainda sabia a pouco, fomos novamente forçados a recolher à segurança das nossas casas, como quem foge de um inimigo desconhecido, deixando novamente para trás aquele que é, para todos nós, o lugar mais seguro da nossa aprendizagem.

No regresso tão esperado ao ensino presencial, foi hora de fazermos o balanço de mais um momento de ensino à distância e de revermos com todos, de que forma é que, alunos e professores dos diferentes anos, viveram e organizaram os seus momentos de estudo autónomo.

De um modo geral, os alunos dos diferentes anos, consideram os momentos de Tempo de Estudo Autónomo (TEA) muito importantes para a sua aprendizagem: “Gosto de trabalhar em TEA, porque gosto de organizar o meu Plano Individual de Trabalho (PIT) de acordo com as áreas em que sinto maior dificuldade” (7 anos). Ainda assim, é transversal aos diferentes anos, que a organização deste momento em casa, longe de todo o suporte às aprendizagens presente em cada uma das salas, torna o TEA num processo mais solitário, demonstrando sentirem falta do suporte quer do professor quer dos colegas “Gosto mais de trabalhar TEA na escola porque tenho os meus colegas para pedir ajuda logo” (6 anos), “... no Zoom não é tão fácil como na escola, estamos longe

uns dos outros” (9 anos). O TEA é mais significativo na escola porque “é mais fácil para ir buscar os ficheiros. Em casa teria de ter os ficheiros já impressos, ou pedir ajuda à mãe” (9 anos).

“Diariamente as crianças responsabilizaram-se por colaborar no planeamento, regulação e avaliação de atividades, notando-se um grande interesse em participar”

Durante este período de ensino à distância o TEA foi privilegiado, mais ainda do que na habitual rotina da escola, as crianças passaram a ter dias preenchidos com estes momentos. Tal como na sala, as crianças puderam planear e avaliar o seu trabalho durante as semanas de confinamento que se seguiram. No entanto, nada substitui o lugar seguro que é a escola e, por isso, as diferenças fizeram-se sentir.

“Para mim os apoios e parcerias em zoom, no TEA, são mais difíceis porque não nos vemos mesmo” (10 anos). A ausência da proximidade professor-aluno e aluno-aluno em muito dificultaram este momento, pela sua natureza, que contempla interação, ajuda, cooperação, partilha e discussão entre todos os intervenientes “...estar em casa é diferente de estar na escola. Acho que me senti menos apoiado” (8 anos).

O TEA contempla momentos de apoios e parcerias que, durante o ensino à distância, foram agendados semanalmente em conselho de cooperação e tornaram-se momentos de esclarecimento de dúvidas, reflexão em torno de conteúdos, discussões em pequenos grupos,

permitindo o debate entre pares e a sistematização de temas o que, para os alunos do primeiro ciclo, foi muito significativo “...porque discutíamos mais, fazíamos questões, perguntávamos, havia discussão” (10 anos) e também, “uns podem saber e outros não e vemos as coisas de todos” (6 anos).

No entanto, no ensino presencial, temos a possibilidade de marcar mais parcerias. No ensino à distância, a maior dificuldade foi organizar momentos destes respeitando as rotinas familiares e não excedendo o tempo de exposição diário síncrono. Para colmatar esta dificuldade, os alunos envolveram-se bastante nos diferentes suportes de comunicação disponíveis, de forma a comunicar as suas dificuldades uns com os outros e a partilhar informações, recados, mensagens. Nas “parcerias, fazia com os amigos as propostas e havia amigos que sabiam e eu não e coisas que eu sabia e os amigos não” (10 anos).

Ainda assim, principalmente para os alunos dos primeiro e segundo anos de escolaridade, os momentos individuais de tutoria são os mais significativos porque “...são mais separados, com mais sossego, sem barulho e tenho mais apoio do que quando estou com mais pessoas” (7 anos).

Diariamente, as crianças responsabilizaram-se por colaborar no planeamento, regulação e avaliação de atividades, notando-se um grande interesse em participar, evoluindo a nível pessoal e social, no entanto, todos sentiram diferença entre o TEA em contexto presencial e à distância “apesar de em casa ter sempre a ajuda dos meus pais, na escola estou com a Andreia e ela consegue ajudar-me melhor quando tenho dúvidas” (9 anos).

O Tempo de Estudo Autónomo também confinou. Este, foi um trabalho diferente daquele a que nos propusemos quando abraçamos a missão de sermos professores. Foram dias cansativos, mas inspiradores! Por vezes, aborrecidos, mas cativantes! Onde todos, professores, alunos, famílias deram o seu melhor para continuar presentes numa comunidade e a desenvolver um trabalho cooperativo.

Só assim, foi possível porque estivemos juntos e nunca deixámos de acreditar no nosso projeto educativo.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

SOCIEDADE



Manuel Dias / SAAL Olhão.

Habitação: onde ainda falta cumprir Abril

É em abril de 1974 que a resistência de quase meio século ao fascismo abre as portas da liberdade com uma revolução histórica. Para além da repressão e de graves limitações a direitos políticos, cerca de 48 anos de ditadura resultaram em atrasos sociais gritantes. Mulheres e homens partiram do interior para trabalhar onde havia indústria. À procura de uma vida melhor, a migração fez aumentar a carência habitacional. Cresceram zonas degradadas e bairros de lata. A revolução e a luta das populações abriu caminho à consagração do direito constitucional à habitação. A contra-revolução trancou essa viagem de sonhos e esperanças. Quase meio século depois, as reivindicações das gerações passadas são as reivindicações das gerações de hoje.

Bruno Amaral de Carvalho

Quando se dá a revolução, havia um défice de 600 mil alojamentos num país com 8,6 milhões de habitantes. Destes, 25% vivia sem condições de habitabilidade. A maioria do país não tinha energia elétrica (53%), nem instalações sanitárias (67%), nem rede de esgotos (60%). Em 1970, de um total de 2,8 milhões de famílias, 35 mil viviam em barracas e 620 mil viviam em casas sobrelotadas. Cerca de 40% das habitações tinham mais de 50 anos.

Em 1974 e nos anos seguintes, chegaram 650 mil cidadãos das ex-colónias que foi necessário que alojar e integrar. Um verdadeiro desafio para um proces-

so revolucionário em que muitos apostavam por democratizar a economia e pô-la ao serviço dos trabalhadores e das populações.

Logo no dia 1 de maio desse mesmo ano, apenas seis dias depois do levantamento militar que derrubou a ditadura, várias famílias ocuparam prédios de habitação social em Chelas. No dia 9, constituída já uma comissão dos moradores do Bairro de Chelas, realiza-se uma manifestação junto ao Palácio de Belém para exigir à Junta de Salvação Nacional a legalização dessas ocupações. Em poucos dias, centenas de famílias ocupam fogos, para além de Chelas, no Monsanto, Marvila e Ajuda. São casas de habitação social vazias e

prontas a habitar ainda sem atribuição.

É no dia 15 desse mês, na tomada de posse do I Governo Provisório, que o arquiteto Nuno Portas é nomeado secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. A 31 de julho, é criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local. “Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas grandes aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo – na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais –, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico espe-

cializado, designado ‘Serviço de Apoio Ambulatório Local’ (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários”, estabelecia o primeiro ponto do despacho.

Num artigo publicado no *AbrilAbril*, o coronel Baptista Alves, diretor do SAAL a partir de julho de 1975, explicou que nesse ano “as associações de moradores, figura jurídica de organização das populações apoiadas pelo SAAL com expressão dominante, e cooperativas, estavam espalhadas um pouco por todo o país”. Baptista Alves revelou números impres-

sionantes de participação. Houve 41.665 famílias envolvidas neste curto mas intenso período da história portuguesa num processo que desencadeou “a participação democrática das populações organizadas e da interação criativa com as brigadas técnicas”.

Em 1976, quando entra em vigor a atual Constituição da República Portuguesa, há um conjunto de artigos que consagram os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores e das populações. O direito à habitação passa a figurar nas páginas da Constituição e delibera que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Este direito confere ao Estado o dever de o assegurar através de “planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social”, do incentivo e apoio a “iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a auto-construção e a criação de cooperativas de habitação” e através do estímulo à “construção privada, com subordinação aos interesses gerais”.

Grande motor de mobilização

“No Porto, há 12 casas desabitadas por cada família carenciada”, já passam 47 anos da revolução e o arquiteto Diogo Silva faz um retrato nada coincidente com o que foi consagrado na Constituição relativamente à habitação em 1976. Quem leia o documento e olhe para o país, pode achar que o texto constitucional não pode ser de Portugal.

“A lei das rendas”, conhecida como Lei Cristas, e a “explosão do turismo” são alguns dos principais obstáculos apontados por Diogo Silva para a falta de acesso à habitação no Porto. Acusa a autarquia de destruir habitação social para a construção de novas zonas destinadas a camadas da população com melhores rendimentos e denuncia parcerias público-privadas para manutenção de bairros sociais em troca de terrenos para edificação de particulares tendo o negócio como objetivo.

Contudo, considera que a preocupação com este problema é cada vez maior. Contra a expulsão e deslocação de populações, são cada vez mais as organizações e movimentos que denunciam e lutam por mudanças na política de habitação. “Tem havido claramente uma consciência nesse sentido”, considera.

Olhando para o passado, o arquiteto considera que o SAAL teve uma importância central porque se viu o “grande

motor da organização e mobilização das populações”. Dá o exemplo de São Pedro da Cova, onde não se construiu um bairro mas onde os moradores se organizaram para terem um centro comunitário e uma farmácia em terra de mineiros com problemas de saúde.

Promiscuidade obscena do Estado com a finança

“O Estado não assumiu, nos últimos trinta anos, o seu compromisso como executor e promotor direto de habitação pública. Remete-se para o papel de gestor ou auxiliador do mercado ou, quanto muito, fiscalizador. E nem sequer assume o papel de regulador, porque o mercado não está de todo regulado”, quem o diz é Luís Mendes. Investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (CES/IGOT-UL) é muito crítico da situação atual. Houve várias estratégias aprovadas nos últimos anos por parte do governo e das autarquias mas considera que “todos os programas criados ao abrigo destes grandes documentos estratégicos não tiveram consecução prática”.

Para Luís Mendes, a política de habitação “está refém da lógica de mercado e da lógica da finança”. Os dados são impactantes. “Em Portugal, o mercado da habitação é profundamente privado, 98% da propriedade é privada, e esse é o grande problema. O mercado não consegue dar resposta a um problema que é eminentemente social e é um direito que está consagrado na constituição da República Portuguesa (CRP). Nós somos, de todos os países da Europa ou da União Europeia, aquele que está efetivamente na cauda do ponto de vista da habitação pública. A habitação continua a ser, enquanto direito consagrado na CRP, um direito que não é cumprido”.

Segundo o investigador, há 700 mil fogos devolutos, o que corresponde a 15% de todo o stock habitacional que existe no país. “Está vazio, não cumpre função social, nem cumpre uma função económica. O Estado deveria mobilizar este património, e ir buscá-lo ao privado”.

Como Diogo Silva, Luís Mendes olha para a Lei Cristas como uma bomba atômica. Uma criação neoliberal de uma forma de produzir cidade a que o investigador chama de “urbanismo austeritário”. E vai mais longe. “A austeridade não foi só económica e social, foi também no espaço urbano, na cidade. Este urbanismo austeritário, que foi muito alimentado pelo investimento estrangeiro, pelo programa dos Vistos Gold e dos residentes não habituais, que atraíram milhões e milhões de euros e injetaram esse capital estrangeiro no mercado de habitação e no stock habitacional, e



Movimento lisboeta em protesto pelo direito à habitação.

patrimonial, com o único objetivo de reproduzir capital imobiliário e de gerar mais valia sem qualquer preocupação social, tudo isso, distorceu completamente o mercado de habitação”.

O boom do turismo foi a cereja no topo do bolo. O investigador fala de turistificação do território, numa lógica “monofuncional” do turismo, do alojamento local e da financeirização do imobiliário e da habitação. “A habitação deixou de ser uma necessidade socialmente estabelecida e um direito básico, que é o que os movimentos sociais estão a tentar resgatar”, denuncia. “A habitação, sempre foi um bem mercantil, mas neste momento é, mais do que nunca, um bem hiper mercantilizado e é um ativo financeiro. As casas servem, não para habitar, mas para reproduzir capital e gerar lucro. Isto é o que acontece com esta injeção de capital estrangeiro”, explica.

Dar voz ao povo

Em Lisboa, como no Porto, o direito à habitação e à cidade tornaram-se reivindicações permanentes. Há comissões de moradores, associações, coletividades de defesa do direito à habitação e movimentos sociais urbanos que analisam, refletem e intervêm junto das populações e do poder político. Luís Mendes refere a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL) como tendo “um papel muito construtivo no sentido de ser propositivo e muito crítico do que acontece com a habitação”. Mas há uma diversidade de co-

letivos que olham de forma crítica para as contradições das cidades.

“O espaço, como nós o temos hoje, é produzido capitalisticamente, é a chamada produção capitalista do espaço e esses movimentos, para além de auxiliarem as populações que estão numa situação muito complicada de vulnerabilidade habitacional, trazem para a praça pública as contradições da produção capitalista do espaço”, descreve.

Não tem dúvidas de que estes movimentos levam “a cidadania participativa do povo e das populações à democracia participativa e reivindicam o dever que ela tem de proteger os direitos”.

E recorda as lições da revolução de Abril: “o Estado social tem que ser reforçado. Não se consegue uma política pública de habitação, desde o planeamento à estratégia, execução e implementação sem haver um Estado social forte, não só construtor, mas regulador, que, inclusivamente, influencie a política de uso do solo”. Para Luís Mendes, a questão do direito à habitação tem muito que ver com a questão do acesso à propriedade e considera que aí o Estado, através do uso das mais valias, “tem um papel fundamental”.

A segunda lição a reter, segundo o investigador, é “muito importante”. Entende que há que “dar voz aos movimentos, ao povo, às comissões de moradores e associações pelo direito à habitação, aos movimentos sociais urbanos, às lutas urbanas que se fazem na rua, e criar políticas de, com e para o povo”.

INÊS FONSECA

“A reforma agrária continua a ser necessária”

Quando passam 47 anos da breve mas profunda revolução que resultou numa transformação dos campos do Alentejo, a realidade é diametralmente oposta. Agricultura intensiva, sobreexploração laboral, envelhecimento e desertificação são alguns dos problemas identificados pela arquiteta Inês Fonseca, que vive em Avis e que é uma das porta-vozes do Chão Nosso, movimento que defende a cultura, património e biodiversidade do Alentejo.



“Nas últimas décadas o Alentejo perdeu cerca de 40% da sua população”.

Bruno Amaral de Carvalho

Há a sensação de que a região é um parente pobre no mapa nacional?

É mais do que uma sensação. É uma realidade e resulta da falta de investimento estrutural para esta região do país. Isto é mais gritante aqui no Alto Alentejo, onde o último grande investimento do Estado data de 2009. Foi a construção do troço do IC3 entre Portalegre e Alter do Chão. Contudo, esta estrada ainda não está concluída.

Muita mais haveria a fazer para criar melhores condições de vida nesta região. Se olharmos para as opções do Plano de Recuperação e Resiliência vemos que os investimentos estruturantes serão empregues em grandes obras no litoral.

A regionalização poderia contribuir para esbater diferenças e desigualdades?

Sim, a regionalização permitiria que os fundos fossem distribuídos de outra forma pelas regiões, sendo aqui, a nível regional, que se definia a estratégia de desenvol-

vimento para o território, os investimentos mais importantes. Tudo isto decidido por órgãos eleitos pelas populações, não através de uma estrutura desconcentrada da administração central que decide de forma enviesada a distribuição dos fundos disponíveis. A regionalização poderia constituir-se num instrumento de coesão territorial, chavão hoje muito utilizado, permitindo que se dissipassem as desigualdades entre regiões.

O Alentejo mudou muito nas últimas décadas. Quais as razões que levam à incapacidade de as pessoas se fixarem na região?

Nas últimas décadas, o Alentejo perdeu cerca de 40% da sua população o que altera completamente a dinâmica económica e social desta região. Para lhe dar o exemplo do concelho onde vivo, em Avis, na década de 60 do século passado, tínhamos cerca de 8 mil habitantes. Em 2019, éramos 4248. Isto significa quase 50% da população. As razões são simples: falta de emprego e de serviços públicos de qualidade. Se o teu emprego te paga miseravelmente, à primeira oportunidade, vais procurar outra solução mais longe. Se não tens um emprego estável e sabes que não tens uma urgência pediátrica na tua região, que o teu fi-

lho quando chegar ao 9.º ano tem que sair do seu concelho para terminar a escolaridade mínima obrigatória, comesças a colocar os prós e os contras no prato da balança.

Em 2009, fechou uma fábrica de laticínios em Avis, o que deixou centenas sem emprego, forçando mais pessoas a abandonar o concelho por falta de perspetivas. Isto foi feito com um grande empurrão do governo da altura que entregou uns milhões a fundo perdido para a deslocalização da fábrica para o litoral. Ora, para além dos empregos diretos na fábrica, há os indiretos e as explorações leiteiras que existiam no Alto Alentejo. Em 2000, existiam 400 explorações leiteiras e em 2011 havia registadas apenas 31 explorações.

Quanto menos pessoas existem no território, menos serviços, menos comércio, menos oportunidades de negócio, isto gera maior despovoamento. É um ciclo vicioso que só se consegue travar com investimento público.

É uma região envelhecida e desertificada. Que tipo de políticas é que poderiam levar a uma reversão da atual situação?

Da mesma forma que entregaram milhões a fundo perdido para deslocalizar uma fábrica de laticínios de Avis

para o litoral podem patrocinar o contrário ajudando a fixação no interior. Este é o principal problema. Os grandes investimentos são canalizados para outras regiões e os subsídios no apoio à produção não ajudam na criação de mais valias. É uma questão de políticas. A política de centralização de serviços públicos que tem ocorrido nas últimas décadas com redução e deslocação de recursos humanos é contrária àquilo que o território necessita.

Entre os que defendem a agricultura intensiva como expressão de modernidade está implícita a tese de que não há outra alternativa para este território. Sem esta agricultura “tecnologicamente avançada” restará a desertificação do território, o empobrecimento da economia local e regional e uma maior dependência nacional de produtos agrícolas importados do exterior.

Ora nós defendemos o contrário, esta agricultura intensiva não gera produtos variados necessários à nossa alimentação diária. São hectares e hectares de olival e amendoal. A cozinha alentejana utiliza a azeitona e o azeite, sim. Mas, e os restantes ingredientes necessários à gastronomia tradicional que tanta fama nos traz? É esta a agricultura que nos irá abastecer dos produtos indispensáveis à nossa alimentação diária? De onde vêm os produtos para a nossa cozinha? Com uma outra política de apoio à produção não teríamos um território diferente? Mais justo e mais desenvolvido?

Houve mudança no tipo de produtos agrícolas predominantes?

Nas zonas onde existia regadio havia produção de tomate e outras culturas de regadio. Nas zonas de sequeiro, o olival era conjugado, numa mesma parcela, com outras atividades agrícolas, como a pastorícia, ou a inclusão de culturas secundárias. Hoje, o território está a ser invadido pelas culturas intensivas. O acesso à água é condição essencial. No Baixo Alentejo, na região de influência do Alqueva, isto é mais gritante, porque passou-se de um cenário de agricultura de sequeiro para regadio. As culturas que predominam no Alentejo, actualmente, são a olivicultura, o amendoal que têm vindo a surgir na área de influência de albufeiras. Claro que se mantém a vinha, a produção de carne, forragens entre outras culturas de sequeiro, mas não têm a escala das culturas intensivas que têm substituído tudo. O próprio montado está em falência correndo sérios riscos, havendo mais que um ou dois exemplos de corte massivo de azinheiras para a plantação de culturas intensivas.

Que tipo de mão de obra é que trabalha hoje na agricultura? São conhecidos cada vez mais casos de trabalhadores imigrantes sem direitos e sobreexplorados.

Proliferaram as empresas de trabalho temporário que têm como característica principal a “subsubcontratação”. Um encarregado fica responsável por uma carrinha de homens e mulheres, muitos com baixa escolaridade, desconhecedores dos seus direitos, que não têm cópia do seu contrato de trabalho nem tão pouco recibos.

Tratam-se de trabalhadores indiferenciados que fazem todo o tipo de trabalho agrícola. Desconhecem a duração do seu vínculo que é na generalidade a termo certo ou incerto durando enquanto durar determinada campanha ou serviço. Os trabalhadores são deslocados de uma herdade para outra para trabalhar.

São trabalhadores com vínculo muito precário que não têm estabilidade nenhuma. O facto de trabalharem

para uma Empresa de Trabalho Temporário não permite a estes trabalhadores aceder a qualquer tipo de crédito. É só pensar quantos créditos tem cada um de nós para comprar uma casa ou um carro ou até um eletrodoméstico. Agora pensemos em quantas casas há para vender no Alentejo e é fácil ver o contributo que estes vínculos dão para o despovoamento.

A precariedade tem ainda mais duas consequências particularmente graves: a degradação das condições de trabalho e a miséria. A degradação das condições de trabalho é uma consequência do medo de perder o emprego que leva a que o trabalhador se sujeite a quaisquer condições, seja a desregulação dos horários ou a falta de equipamento de proteção individual. A miséria é uma consequência dos contratos de curta duração que não cumprem o prazo mínimo para o subsídio de desemprego, o que deixa os trabalhadores sem qualquer rendimento quando acabam uma determinada campanha.

Depois, quando falamos de trabalhadores imigrantes, que vêm de sítios onde as condições de vida são muito piores do que aquilo que encontram aqui, tudo isto se agrava. Se há trabalho, recebem. Não havendo, não recebem e ficam à deriva: sem trabalho, sem auxílio, correndo o risco de serem repatriados.

Com a declaração do estado de emergência, houve vários trabalhadores abandonados à sua sorte, sem dinheiro para pagar a renda e sem dinheiro para pagar a sua alimentação. Há histórias dramáticas, pessoas encurradas, que sobreviveram com ajuda alheia e com dinheiro que familiares mandam.

Em 2019, Portugal era o terceiro maior exportador de azeite da UE. Pelo que relata, essa riqueza não parece ser distribuída.

As empresas que exploram estas monoculturas recorrem a maquinaria e a operacionais externos, trazem os produtos e bens necessários à produção e utilizam mão de obra externa e sazonal. Os resultados destes investimentos são acumulados por sociedades externas que os aplicam noutras regiões ou noutros países. Ou seja, a riqueza criada, porque estas culturas dão muitos lucros, é aplicada bem longe do local de produção e do país de produção.

Sobre a tão elevada quota de exportações e o aumento do produto interno bruto era importante saber o que fica neste território. A resposta é simples. Fica uma paisagem em agonia, despida de identidade, onde sobrarão solos esqueléticos onde não será possível plantar nada, que continuarão a ser alimentados com produtos químicos, mantendo um ciclo vicioso. Ficará um território despovoado, porque ninguém querará viver no meio de manchas contínuas de cultura intensiva.

Qual o peso de empresas estrangeiras na produção agrícola no Alentejo?

Cerca de 70% do território agrícola da região do Alqueva mudou de mãos nos últimos dez anos e o preço da terra por hectare aumentou seis vezes nos últimos 15 anos. O latifúndio, que nalguns casos deu lugar ao megalatifúndio, tem vindo a aumentar e é maioritariamente, propriedade de seis grupos económicos ou fundos imobiliários - Elaia, De Prado, Olivomundo, Aggraria, Innooliva e a Bogaris - na sua maioria espanhóis que detêm 65,5% de toda a área de olival. Isto estende-se até Portalegre, onde os grupos Elaia e De Prado possuem muitas herdades próprias e arrendadas.

Numa região com longos períodos de seca, a gestão dos recursos hídricos no Alentejo é adequada?

Os argumentos de que este tipo de cultura assegura uma gestão muito eficiente da água não nos convence. A utilização de recursos hídricos deve ser avaliada, dando preferência a culturas regadas que sejam geradores de bens alimentares necessários e de retorno económico para o território.

A utilização da água deve não só ser amplamente debatida como devem ser tomadas as medidas adequadas. A opção entre culturas permanentes ou culturas temporárias e o peso de cada uma no contexto da área regada, bem como a opção pelas culturas de primavera ou de inverno, devem estar ligadas a esta questão. Otimizar o uso da água, combater a sua escassez e dar-lhe o uso adequado. O que na nossa opinião também passa por processos de planeamento. Deixar esta questão ao livre funcionamento dos mercados e do agronegócio não é um bom caminho. Um bem precioso como a água tem de cumprir também uma função social.

A revolução de Abril teve um profundo impacto no Alentejo com a reforma agrária. O que sobra dessa experiência?

Muito pouco, muitas histórias por contar. Antes da revolução de Abril, os trabalhadores rurais, em particular no sul do país, trabalhavam muitas horas por salários miseráveis. Quando não havia trabalho passava-se muita fome. As diferenças sociais iam-se agudizando levando a lutas pela melhoria das condições de trabalho e pela redução das horas de trabalho diário.

Foi uma experiência importante, mas que, com a alteração da correlação de forças, foi extinta, mas mantém no essencial um aspecto fundamental: a terra cultivável deve ter uma função social, deve ser utilizada de forma justa e com vista à necessidade de produzir alimentos para quem habita os territórios. Hoje o latifúndio continua a dominar o Alentejo e há uma tendência de reconcentração da posse da terra.

Considera que a reforma agrária é um projecto com atualidade? Ou seja, a transformação que o Alentejo precisa passa também por aí?

Continuo a achar que a reforma agrária continua a ser necessária. Hoje, mais do que nunca, percebemos que este não é o caminho. Não me parece que a solução pudesse ser igual à experiência anterior. A distribuição da terra e a decisão do que nesta se produz deve ser sujeita a regras definidas pelo Estado. Para alcançarmos a soberania alimentar, o Estado deve criar regras para definir que alimentos devemos produzir em função da terra, da disponibilidade e da necessidade de água.

Não é isto que se passa. Estas culturas resultam de investimentos de capitais financeiros que não estão comprometidos com o território, que não produzem alimentos necessários à nossa alimentação, mas são subsidiadas. Estima-se em cerca de 800 milhões de euros os apoios públicos dados desde 2007 à olivicultura alentejana. O agricultor com ligação à terra que respeite a identidade do local está em risco de desaparecer. Está a dar-se a financiarização do território. Esta subsidiarização permite alugar a bom preço os terrenos a terceiros, recebendo os proprietários uma renda fixa agradável. Até para aqueles que gostariam de fazer agricultura é vantajoso alugar o terreno para estas práticas, alienando o futuro das suas próprias terras. _____

ALMADA

CDU acusa Inês de Medeiros de má gestão dos cofres da câmara



Autarquia depositou 20 milhões no banco sem juros e pediu empréstimo de 10 milhões a uma taxa de 0,5%.

A Câmara Municipal encabeçada por Inês de Medeiros (PS) alegou que o empréstimo serve para fazer face a um conjunto de obras já programadas, conciliando com o “esforço que o município tem de fazer para poder concorrer ao Plano de Recuperação e Resiliência”, noticiou o *AbrilAbril*.

Contudo, no mês anterior, a autarquia entregou

à banca 20 milhões de euros com uma taxa de juro de 0%, o que não acontece com o empréstimo que pode custar aos municípios 200 mil euros, devido à taxa de 0,5%.

A denúncia partiu dos eleitos da CDU, que em reunião da Assembleia Municipal confrontaram a presidente Inês de Medeiros relativamente à afir-

mação de que os 20 milhões de euros constituem uma bolsa para assegurar futuros investimentos. Mas também com as aplicações realizadas em 2020 por grandes municípios desta região metropolitana. Desde logo, pela Câmara Municipal de Lisboa, que, com um orçamento cerca de dez vezes superior, fez uma aplicação no valor de 704 mil euros.

Por outro lado, são apontadas críticas ao facto de, em ano de pandemia, o executivo almadense, com o apoio do PSD, aproveitar para fazer poupanças, “em vez de cumprir” as suas responsabilidades, nomeadamente ao nível do apoio ao movimento associativo, recreativo e cultural, aos micro, pequenos e médios empresários, mas também às famílias.

Dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), segundo o *AbrilAbril*, revelam que no passado mês de janeiro havia mais de seis mil novos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Almada do que no mesmo mês do ano passado.

Para a CDU, este depósito de 20 milhões de euros tem também o objetivo de não transitar esta verba para o orçamento deste ano, aumentando a taxa de execução em 2020.

Inês de Medeiros foi eleita presidente da Câmara Municipal de Almada pela primeira vez em 2017 depois da vitória do PS a esse órgão. Num mandato envolto em várias polémicas, uma das que mais deu que falar foi a ordem de asfaltar a estrada na Fonte da Telha contra o parecer de várias entidades. A decisão foi condenada e as autoridades obrigaram a autarquia a reverter as alterações.

A VOZ do corvo



Remanejar...

Num relativamente curto prazo, a língua portuguesa viu-se acrescentada no uso corrente de, pelo menos, três termos. O que só demonstra a sua peregrina vivência. Foram elas gentrificação, resiliência e, muito recentemente, remanejamento.

Do primeiro foi bem conhecido o significado e brutalmente sentido em muitos sítios do nosso país e por muitos setores da população e terá sido um mal maior que o fez encolher, mas é quase certo que há de voltar, se uma política pública adequada não lhe cortar as voltas...

O segundo é termo pedido emprestado à física dos materiais. Diz o dicionário Houaiss que “é a

propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica” (o exemplo clássico é o caso de uma mola) e diz também o dicionário que é a capacidade de se recobrar facilmente ou de se adaptar à má sorte ou às mudanças.

Se nos debruçarmos sobre a História é fácil deparar com a ambiguidade do conceito pois se a aristocracia se mostrou resiliente em relação ao liberalismo económico da Revolução Francesa, o mesmo liberalismo se mostrou resiliente em relação à Revolução Socialista e, entre nós, um grupo político que faz agora 100 anos foi sempre resiliente em relação à ditadura.

O terceiro termo, o remanejamento, até há pouco tempo remetido para a quietude dos dicionários, pode definir-se como “uma produção intelectual que aproveitando todos ou parte dos elementos de análise recolhidos num determinado espaço de tempo antecedente, reformula hipóteses ou programas de atuação.”

Muito embora se apresente na linguagem corrente como um neologismo, a verdade é que está muito presente no quotidiano de muitos e pode dizer-se que é fundamento da pesquisa e do espírito científico. O meteorologista ajusta minuto a minu-

to as suas previsões; o médico que segue um doente receita após o diagnóstico e este fundamenta-se nos exames e análises que lhe são presentes e até à cura nunca deixa de remanejar a terapia; numa outra escala de tempo, qualquer governo, do Poder Central ao Poder Local, toma as suas decisões no que lhe dizem os censos e todos os outros indicadores da evolução; e, ao nível do quotidiano, qualquer gesto doméstico (aqui se tem a ousadia de abandonar o termo de dona de casa) altera certamente as suas intensões de compra perante a oferta e as alterações de preços com que se depara dia-a-dia no mercado. Faz também remanejamento.

Pode-se, com liberdade de expressão, colocar a histeria em oposição ao remanejamento pois se o primeiro termo se manifesta por uma reação despropositada imediata e muitas vezes violenta a um estímulo, o remanejamento coloca-se no campo da análise e da proposta ponderada.

Foi ditado por este sentir que, na Europa, muitos governos decidiram o que fazer em relação ao Covid-19 com base no ocorrido nas três ou quatro semanas antecedentes. Os êxitos e os fracassos.

Em suma: são remanejamentos.

Transportes públicos



Mantenha a distância

Respeite a distância, ou frases parecidas com o mesmo sentido, fazem parte do quotidiano com que nos defrontamos no dia a dia quando utilizamos os transportes públicos.

Da minha experiência de circulação a diversas horas do dia, verifico que a maioria das pessoas procuram cumprir esse preceito profilático, estando convencido que por consciência do perigo que a covid representa.

Os problemas aparecem quando o número de utentes torna impossível o cumprimento da regra dos 2m.

Fora das horas de ponta normalmente é fácil manter a distância recomendada, mas quando a procura é maior já não há espaço físico que permita as devidas precauções, por muito confinados que estejamos, a não ser que o país ficasse ainda mais paralisado, agravando a já tão degradada situação económica e social.

As notícias divulgando os números das empresas de transportes públicos dizem-nos que a quebra na procura em 2020 foi superior a 30%, chegando nalguns casos a atingir os 60%. Porém, a redução do número de passageiros não foi homogénea ao longo do dia nem nos dias da semana.

Considerando que a oferta há muitas décadas se mostra insuficiente nos períodos de maior procura, com veículos superlotados (a minha memória não vai tão longe que chegue à época em que tal não acontecia) só quem não tenha noção da realidade pode pensar que passe a dar a resposta quando se pede uma redução da lotação, mesmo com teletrabalho e escolas encerradas.

Solução? Perguntar-se-á. Máxima vacinação, sem ficarmos presos ao negócio das vacinas, conforme já amplamente tratado.

Enquanto o processo de criar imunidade decorre, não havendo hipótese de responder de outra forma proteger o máximo possível os efeitos ocasionados pela proximidade.

Acontece, porém, o que não se espera: a linha Verde do Metropolitano de Lisboa circular às 6 da tarde com apenas 3 carruagens, isto é, 50% da oferta prevista, sem qualquer aviso ou justificação ao público.

É que por muito que as televisões aconselhem a ficar em casa, muitos têm de ir trabalhar.

Rego Mendes

AUTARQUIAS



PS trava reposição das freguesias extintas

O governo tinha prometido que faria reverter a extinção de freguesias, imposta em 2013, mas à última hora alinou-se com os partidos à sua direita.

O PS juntou-se, em março, na Assembleia da República, ao PSD, CDS, PAN, Chega e Iniciativa Liberal para travar um projeto do PCP que pretendia repor as freguesias extintas durante o governo de Pedro Passos Coelho. A favor votaram os comunistas, o Bloco de Esquerda, o PEV e a deputada não-inscrita Joacine Katar Moreira. A deputada Cristina Rodrigues absteve-se.

O diploma tinha sido apresentado pela bancada comunista em dezembro de 2019, mas só foi discutido, na generalidade, em janeiro deste ano, juntamente com projetos idênticos dos Verdes e do Bloco de Esquerda e de uma proposta de lei do governo que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias.

A bancada comunista já tinha anunciado, no início da semana, que ia levar a votos a sua lei e avisou que “só a convergência entre PS e PSD” poderia “impedir a possibilidade de as freguesias serem repostas ainda no processo eleitoral para as autarquias previsto neste ano civil”. Foi o que acabou por acontecer.

Após a votação, numa declaração de voto, segundo a *Lusa*, a deputada comunista Paula Santos acusou PS, PSD, CDS, PAN, IL e Chega de serem os responsáveis “pela não reposição das freguesias extintas” nas próximas autárquicas, “como reivindicam as populações e os órgãos das autarquias locais”.

Paula Santos acusou o governo, por ter entregado tarde a sua proposta de lei, e o PS e o PSD, por outro, de procurarem “protelar o normal funcionamento dos trabalhos da comissão” parlamentar, e de “impedirem, hoje, com o chumbo da proposta do PCP, um processo legislativo em tempo útil para permitir reposição das freguesias”. “Ficou claro que, mesmo havendo vontade das populações, as freguesias não serão repostas por falta de vontade política de PS, PSD, CDS, PAN, IL e Chega”, afirmou a deputada do PCP.

O PCP considera que a extinção de freguesias “criou um problema em locais onde não havia problemas”, com “populações que sentem que perderam a identidade”, a proximidade e capacidade reivindicativa, com menor capacidade de intervenção e de resolução dos problemas por parte das juntas de freguesia.

A criação de um regime transitório para reverter rapidamente a agregação a que ficaram sujeitas tinha sido já apresentada numa proposta feita pela Associação Nacional de Freguesias (Anafre), que foi ouvida na comissão parlamentar de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local.

A Anafre apelara aos deputados para que aprovassem a lei até ao fim de março, para que as freguesias que pudessem reverter a fusão de 2013 a tempo das eleições autárquicas, já que a proposta do governo prevê que a nova lei tem de estar aprovada pelo menos seis meses antes do acto eleitoral, que irá decorrer no outono.

O governo pediu tempo e diz que pretende apresentar alterações na especialidade à proposta de lei-quadro das freguesias remetida ao à Assembleia da República em dezembro, entre as quais um regime transitório para as que pretendam desagregar-se após a fusão de 2013, anunciou a deputada Maria da Luz Rosinha, segundo o *Público*. De acordo com a deputada, a bancada socialista irá “apresentar várias propostas de alteração” ao diploma do governo para uma lei-quadro para a criação, modificação e extinção de freguesias, em debate na especialidade no Parlamento depois de ter baixado sem votação no final de janeiro. No debate em plenário, PS e PSD alinharam-se na defesa de repensar o mapa administrativo de Miguel Relvas mas “com tempo”. Portanto, a acontecer, a proposta do governo para a reversão da fusão de freguesias só terá efeito para as eleições autárquicas de 2025.

25 DE ABRIL

Abril volta às ruas com a força do povo



As comemorações da revolução de Abril devem regressar às ruas este ano para lembrar as mulheres e os homens que combateram o fascismo e abriram caminho à liberdade, democracia e conquistas de direitos.

Milhares de pessoas devem voltar à Avenida da Liberdade, em Lisboa, para celebrar o 47.º aniversário da revolução desencadeada em abril de 1974 ao som da Grândola, Vila Morena. A Comissão Promotora das comemorações vai anunciar o começo do desfile para as 14.30 no Marquês de Pombal no próximo dia 25, uma iniciativa que culmina na Praça dos Restauradores.

Também a Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril na Zona Oriental de Lisboa, que inclui a Sociedade A Voz do Operário, está a organizar uma celebração, como é habitual, na Praça Paiva Couceiro, no dia 24 a par-

tir das 19 horas. Segundo as organizações, estas iniciativas vão contar com regras de distanciamento e segurança, de acordo com as orientações da Direção-Geral da Saúde.

No ano passado, esta data foi celebrada com atos simbólicos, a partir de casa, devido à pandemia de covid-19. São imagens que ficarão certamente na memória de muitos como o dia em que os portugueses fizeram de janelas e varandas as suas ruas e avenidas. Quando se soube que não seria possível celebrar na rua, várias organizações, partidos e movimentos apelaram aos trabalhadores e à população para cantarem, à janela, Grândola, Vila Morena, uma das senhas da revolução, da autoria de José Afonso.

Há 47 anos, o levantamento do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi acompanhado por uma explosão popular que derrubou o fascismo. O fim da ditadura e da guerra colonial foram as principais reivindicações. Tratou-se de um processo, consequência de uma resistência de quase meio século que nunca foi quebrada, apesar dos assassinatos, dos presos políticos, da tortura e outros mecanismos repressivos.

O processo revolucionário teve os trabalhadores, os militares e o povo como protagonistas e promoveu a nacionalização da banca, de setores estratégicos da economia, a reforma agrária e a alfabetização. Neste período histórico, participou também A Voz do Operário, histórica associação que resistiu ao fascismo e foi vítima do assédio da campanha terrorista da extrema-direita. Em 10 de março de 1975, um dia antes da tentativa de golpe de Estado liderada pelo general António de Spínola contra o processo revolucionário desencadeado em abril do ano anterior, A Voz do Operário recebeu uma chamada anónima informando que daí a meia hora rebentaria uma bomba nas instalações. “Chegou a hora de calar A Voz do Operário”, foi assim que terminou o telefonema. As centenas de crianças que se encontravam dentro do edifício foram imediatamente retiradas e a polícia revistou as instalações sem ter encontrado qualquer engenho explosivo.

A VOZ
dos livros



1921/2021 - 100 Anos de Luta

«A primeira coisa a dizer ao Partido Comunista Português não é parabéns: é obrigado.»

Miguel Esteves Cardoso

Este livro de que hoje vos falo não é, apenas, um livro de registos sobre o percurso singular de homens e mulheres deste País: é um livro raro, não apenas pelo que nele se conta das lutas e trabalhos dos milhares que não se vergaram ao medo e aos verdugos, mas pelo que nele se relata de verdade e substância do que foi a História do Povo e dos Trabalhadores ao longo de um século, metade do qual vivido em feroz ditadura.

É a nossa memória colectiva que percorre estas páginas, aquilo que sabemos de leituras outras e o muito que até à chegada deste livro ignorávamos: é um livro de livros e de gente, de muitos, por muitas mãos erguido a sangue e lágrimas. É a História de um Povo e de um País e da forma como os trabalhadores, com o nosso empenho e luta, torceram o aziago destino.

O que nestas páginas se conta vai muito para além dos apontamentos circunstanciais das vidas, das lutas, da resistência de um punhado firme de homens e mulheres. É a memória da insídia, das torturas, das prisões, dos degredos e da morte, dos processos inquisitoriais que ao longo de quarenta e oito anos condenou ao silêncio, ao exílio e à clandestinidade, parte substantiva do nosso povo.

É a História da Resistência, das casas clandestinas, da forma como os comunistas se organizaram para escapar à feroz vigília dos crápulas, das lutas subterraneamente estruturadas para derrubar o regime, com resistiu às prisões nas masmorras do Aljube, de Caxias, na Cadeia da PIDE, no Porto, em Peniche, no Forte de Angra do Heroísmo ou no *campo da morte lenta* do Tarrafal.

Este livro percorre, com assertivo detalhe, que a profusão das fotos prolonga em amplos significados, esses caminhos de luta, de exaltação e honra, vividos e sofridos ao longo de um século – um século com muitas vidas dentro.

Este 1921/2021 – 100 ANOS DE LUTA, é um documento indispensável para se entender o que foi e o que hoje é Portugal, nesse percurso de cem anos. Do terror fascista aos dias de esperança e Liberdade que Abril nos deu; das noites de “segredo”, de “frigideira”, de tortura nos antros da PIDE, até à instituição da Democracia para a qual o PCP foi e é força determinante e consequente – como bem registaram alguns jornalistas e intelectuais justos, aquando da passagem do seu 100.º Aniversário.

1921/2021 – Cem Anos de Luta – Edições Avante!

Domingos Lobo

INSTITUCIONAL



A VOZ DO OPERÁRIO

Sociedade de Instrução e Beneficência

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do art.º 20.º, alínea c) dos estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, no próximo **29 de abril, às 18 horas**, na sede da instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação do Relatório e Contas de 2020;

2 – Informações.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois, de acordo com o disposto no art.º 33, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, 12 de março de 2021

○ Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Libério Domingues

SOCIEDADE



Portugal é o terceiro país da zona euro que menos gasta em apoios à crise.

Governo tenta bloquear mais apoios sociais

Apesar de ser um dos governos que menos investe no combate às consequências da pandemia, PS queria travar diploma aprovado por restantes forças no parlamento.

Perante uma crise sanitária sem precedentes no último século, Portugal é um dos países europeus mais afetados pela pandemia mas, simultaneamente, é o terceiro país, entre os que integram a Zona Euro, que menos gasta em medidas de resposta à crise económica e social. Esta foi a conclusão de um estudo publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) no princípio de fevereiro. Segundo o relatório divulgado, só dois países gastavam menos do que Portugal: Finlândia e Espanha.

Em 2020, o défice orçamental ficou em 5,7% do PIB, um valor muito abaixo dos 7,3% previstos pelo governo devido à pandemia de covid-19. Os dados, publicados em 26 de março pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mostram que “cerca de metade do aumento verificado na despesa pública entre 2019 e 2020 traduz o impacto direto de medidas excecionais de apoio no contexto da pandemia COVID-19”. Estas medidas pesaram 3,6% da despesa pública total em 2020, destacando-se o impacto dos subsídios atribuídos às empresas, de 2,2% da despesa total, e o apoio social às famílias, com um peso de 0,2% da despesa.

É cada vez mais difícil ao governo explicar as folgas orçamentais e a falta da execução num contexto que se avizinha ainda mais complicado quando acabarem as moratórias. Em contra-mão, todas as forças políticas, à exceção do PS, aprovaram três apoios sociais que, na ótica do governo, são ilegais porque aumentam a despesa pública para lá do que foi orçamentado. Os diplomas viabilizados aumentam os apoios aos trabalhadores independentes e sócios-gerentes e aos pais que fiquem em casa por causa do fecho das escolas, havendo ainda outro que reforça os direitos aos profissionais de saúde por vários meses.

A coordenadora do BE apelou ao Presidente da República para promulgar os diplomas de reforço de

apoios sociais no contexto da crise pandémica, alertando que “há 130 mil pessoas a receber apenas 200 euros” por mês. “Aquilo que o parlamento fez foi corrigir a medida do governo para que o decreto-lei passasse a considerar exatamente o que o governo tinha prometido aos portugueses, que ia fazer um apoio igual ao do ano passado. É um apoio pequeno, que não chega ao salário mínimo nacional”, sublinhou.

Já o PCP acusou o governo de ser uma força de bloqueio e de estar apenas preocupado com o défice. Também Jerónimo de Sousa afirmou que o Presidente da República deve promulgar o diploma sobre os apoios sociais. “É preciso que o governo dê concretização aos apoios necessários em vez de assumir uma posição de força de bloqueio a esses apoios para poupar no défice. É com este entendimento que consideramos que o Presidente da República deve promulgar o diploma”, declarou o secretário-geral do PCP.

Belém aprova apoios

Apesar de ser um dos governos europeus que menos apoia a economia mesmo sem haver entraves das instituições internacionais foi notícia as pressões sobre o Presidente da República para chumbar o reforço dos apoios sociais. O primeiro-ministro, António Costa, afirmou que transmitiu uma “informação” ao Presidente da República e “não pressão” acerca do decreto-lei relativo aos apoios sociais que o governo considera violar a lei-travão.

Marcelo Rebelo de Sousa promulgou o diploma dando luz verde aos apoios sociais. O diploma que já estava nas mãos do Presidente da República desde o início de março prevê apoios de 38 milhões de euros por mês para os trabalhadores independentes e sócios gerentes.

ECONOMIA

Duas em cada três famílias têm dificuldades com despesas diárias



Uma em cada quatro famílias perdeu grande parte do rendimento em 2020 e enfrenta dificuldades. Esta é uma conclusão do novo barómetro da DECO que revela que mais de metade dos portugueses perdeu rendimentos no ano anterior. Segundo a DECO Proteste, em ano de pandemia, as desigualdades acentuaram-se e mesmo nas famílias mais estáveis economicamente a previsão para 2021 é de cautela.

O barómetro “um país desigual e em dificuldade” contou com 4690 inquiridos e revela que 63% enfrentam dificuldades financeiras para pagar algumas daquelas despesas, 31% gozam de conforto financeiro, já que conseguem facilmente pagar todas as despesas, e 6% encontram-se em situação crítica.

Questionados sobre se “a covid-19 causou perda direta de rendimentos durante 2020”, 27% dos inquiridos responderam ter perdido um quarto ou mais dos rendimentos, enquanto um em cada quatro agregados admite uma quebra inferior a 25%. A pandemia só não provocou alterações na saúde financeira de 48% das famílias. As regiões mais afetadas são o Algarve (46%) e a Madeira (41%).

“As duras decisões políticas sobre a atividade económica, com maior peso em determinados setores, arrastaram milhares de portugueses para um limite da sua capacidade financeira”, afirma a Deco, em comunicado. “A situação apenas é atenuada pelos apoios do Estado, como por exemplo as moratórias ou os regimes de lay-off, que colocam o país ligado à máquina”, completa a associação de defesa do consumidor.

Entre as cinco despesas mais difíceis de suportar em Portugal, de acordo com as questões colocadas pelo barómetro da Deco, estão custos associados com combustível, manutenção e seguro do automóvel (54%). Seguem-se os cuidados dentários (51%), viagens de férias (46%), manutenção da casa (44%) e gastos com óculos ou aparelhos auditivos (42%).

BRASIL



Supremo confirma parcialidade de juiz e ex-ministro de Bolsonaro, Sérgio Moro.

“Sai que é sua Taffarel”. Supremo limpa a ficha de Lula da Silva

Anuladas as condenações, Lula da Silva pode mas ainda não avançou para uma recandidatura à presidência do Brasil. A pressão eleitoral já se faz sentir. Numa guinada repentina, Bolsonaro voltou a acreditar que a Terra é redonda. Julgada em praça pública, a parcialidade de Sérgio Moro é a mais recente pedra na engrenagem da extrema-direita. “De cara para o gol”, o país nunca esteve tão perto de rasgar o roteiro do golpe.

Teresa Camarão

“Sai, sai, sai; sai que é sua Taffarel”. Como num jogo da Copa do Mundo, o Brasil continua a assistir às decisões judiciais como se de grandes penalidades se tratassem. Entre as exibições do perito na defesa dos penaltis, Cláudio Taffarel, e o caso de Lula da Silva, além do óbvio, a diferença é a taça e o fim anunciado das competições desportivas. O paralelismo faz-se do impacto da vitória ou da derrota no estado de espírito da bancada.

Depois do cartão vermelho e da investida a pés juntos que o tirou de jogo, o homem que nunca deixou de estar em primeiro lugar nas sondagens tem o caminho livre – e a ficha limpa – para voltar ao campo da corrida eleitoral. De regresso a 1994, ao frente a frente Brasil-Itália, o juiz apita, Romário marca, Taffarel não consegue evitar o pontapé de Evani, Branco não desilude, Massaro falha nas mãos do guarda-redes – “Sai que é sua

Taffarel” – partiu Dunga, Baggio atira por cima. É tetra para o país do futebol: “Brásiu”, com os devidos efeitos sonoros. A julgar pelas sondagens há uma grande probabilidade de ser tetra para o torneio mecânico que abandonou o segundo mandato com 87% de aprovação, na maior taxa a do género na história do Brasil e do mundo.

Virada

Divulgado poucos dias depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou as condenações de Lula da Silva no âmbito da operação Lava Jato, no início de março, um inquérito do Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC) mostrava que 50% dos entrevistados votariam com certeza ou ponderariam votar em Lula da Silva, contra 44% que não o escolheriam “de jeito nenhum”.

Jair Bolsonaro aparecia com 38% no potencial de voto e com 56% na rejeição. Chutado para fora das quatro linhas, pela

decisão inesperada do STF que o julgou parcial na sua conduta enquanto “super juiz” da Lava Jato, Sérgio Moro já nem aparece nas pesquisas. “Provamos que Moro jamais atuou como juiz, mas sim como um adversário pessoal e político do ex-Presidente Lula, tal como foi reconhecido maioritariamente pelos eminentes ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal”, comemorou a defesa que viu reforçados os seus argumentos na divulgação das centenas de mensagens trocadas entre o juiz e os procuradores do inquérito que conduziu Lula ao cativeiro de 580 dias.

De resto, a declaração da suspeição de Moro foi uma vitória estratégica e moral para Lula da Silva. É que se inicialmente, anulando as sentenças proferidas nos casos do tripléx do Guarujá e do sítio de Atibaia – tidos como contrapartidas dos alegados favores que, em direito penal, configuram corrupção e tráfico de influências –, o Supremo se limitou a enviar as suspeitas que recaiam sobre o ex

governante à justiça do Distrito Federal, não arquivando o processo e abrindo até a possibilidade a uma nova condenação, agora, “nada do que o Moro fez poderá ser aproveitado pela Justiça do Distrito Federal”, como sintetiza o advogado e professor da Universidade de São Paulo, Mauricio Dieter, tornando “improváveis” novas penas.

De volta aos relvados, na semi-final do Campeonato do Mundo de 1998, é Moro “na cobrança” em vez do holandês Phillip Cocu. Nas redes, “ele, Taffarel” desce dos 1,83 metros de altura e é Lula da Silva no 1,68. “Brásiu”.

Efeito Lula

Com um balanço de mais de 314 mil mortes associadas à pandemia que até há pouco tempo batizava de gripezinha, o atual inquilino do Palácio da Alvorada até passou a surgir publicamente de máscara, depois da primeira aparição pública daquele que se adivinha seu adversário nas urnas, em 2022.

Chamado de “terraplanista” pelo ex-Presidente, o atual fez questão de responder com um globo terrestre na secretária, no discurso semanal que promove nas redes sociais. Para já, o efeito mais visível da reviravolta no Supremo é o novo impulso na imunização e a inversão da estratégia que esgotou a capacidade das unidades de cuidados intensivos no maior país da América Latina. “A nossa arma é a vacina”, serve de lema à mudança de atitude.

Mas quem paga? 580 dias numa solitária, dois funerais – Lula foi impedido de comparecer nas cerimónias fúnebres do irmão mais velho e posteriormente do neto de 7 anos, Arthur – uma candidatura travada, a implosão da separação de poderes característica das democracias, o regresso da fome e dos coronéis. Quem paga? A detenção espetáculo, em direto, as caricaturas do presidiário em forma de balão, o desmantelamento da Petrobras. Quem paga e quanto?

Por definição, o tempo de cárcere é irremediável e irreparável para os inocentes. No tom conciliatório que sempre o arredou das opções mais revolucionárias, em oposição à paz social, Lula fez da sua questão individual, um grande torneio coletivo. “Se tem um brasileiro que tem razão de ter muitas e profundas mágoas sou eu. Mas não tenho. O sofrimento do povo brasileiro é maior do que qualquer crime que tenham cometido contra mim”. Numa capitalização do roteiro que começa na destituição da sucessora Dilma Rousseff, em 2015, o nordestino coloca-se em pé de igualdade com o país. No contra-ataque, a extrema-direita mantém a posse de bola e chuta. Cada vez mais perto, o fim da partida depende do sucesso do guarda-redes.

ARTES PLÁSTICAS



Cipriano Dourado: O abandono do idealismo

Maria João Pereira

Sobre a mesa de trabalho as grafites dispostas. À mão de trazerem ideias pela minúscula diferença de cor entre si. O preto mais preto que talvez usasse para cavar os cansaços no olhar daquelas mulheres em busca do arroz. O preto seguinte, menos preto mas ainda tão preto, para sombrear nas mãos a enxada. E por aí adiante até aos parques apontamentos vermelhos, corajosos gritos presos no papel, gravados na tábua, postos sobre a pedra... -

Assim se poderiam convocar memórias de Cipriano Dourado. Uma grafite, um cinzel, uma mão que os segura com uma firmeza tamanha que seria o traço a decidir o

seu percurso. Jamais a mão cederia à sua própria fragilidade, à capacidade finita do nervo permanecer quieto, à tentação de abrilhantar a realidade. O traço, senhor de si, fiel àquilo que veriam os olhos, figura de fidelidade à memória, à dureza, à condição do quotidiano, à revolta contida - traço que diz até ao fim do que há a ser dito. Um traço que acompanhou o abandono do idealismo no olhar artístico e iluminou o homem comum, interessou-se pela vida dos operários, pelo escrutínio das injustiças, pela análise do modelo social vigente, sem lirismos.

Cipriano Dourado, inicialmente auto-didata, começa a trabalhar como desenhador-litógrafo alguns anos antes de frequentar o curso nocturno da Sociedade Nacional de Belas Artes, em 1939, com 18 anos. Os saberes que adqui-

re nesta fase transformam-no num precoce militante do rigor operário do trabalho.

Depois de algumas exposições colectivas, arranca, em 1947, em viagem pela Europa, num intento simultâneo de actualização técnica e colecção de inspirações que termina em 1949 em Paris, com um estágio na prestigiada Academia Livre Grande Chaumière. O avanço da sua actividade artística consubstanciou-se num crescente comprometimento ideológico e actividade política - antifascista convicto, materializa a sua certeza revolucionária tornando-se militante do Partido Comunista Português, o que lhe permitiu adensar, até ao final dos seus dias, agitação e influência nos meios artísticos.

Em 53 integra um colectivo com Alves Redol, Júlio Pomar, Lima de Freitas e António Alfredo, que se propõe a acompanhar o quotidiano das jornadas de trabalho nos arrozais ribatejanos. Do contacto com os trabalhadores, a sua vida, as suas condições de trabalho, surge um importante conjunto de obras que viriam a apelar a experiência - o Ciclo do Arroz.

As mulheres e a terra são presença constante nos trabalhos de Cipriano - é através deles que inscreve nos seus desenhos, litografias e ilustrações a vitalidade da sua militância, da sua confiança na vida, dedicação aos amigos, aos camaradas, aos companheiros de trabalho e ofício - jamais refém de elogios ou ambições carreiristas.

Funda a Gravura - Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses em 1956 e participa em todas as exposições itinerantes de gravura portuguesa organizadas pela mesma a partir desse ano. Trabalhou também como ilustrador, nomeadamente de prestigiados livros de poesia e prosa, dos quais destacamos A Paz Inteira, de Armindo Rodrigues; Serranos, de Mário Braga; Sete Odes do Canto Comum, de Orlando da Costa (apreendido pela PIDE no prelo); O Livro das Mil e Uma Noites e 20 Poemas de Amor e uma Canção Desesperada, de Pablo Neruda; Canções para a Primavera, de José Carlos de Vasconcelos; O Amante de Lady Chatterley, de D. H. Laurence.

Além de todos os preciosos contributos colaborou ainda com publicações periódicas como a Vértice, Seara Nova, Colóquio-Letras e Cassiopeia.

Se ainda estivesse entre nós, teria completado cem anos em Fevereiro.

Sugestões culturais

Sobre a canção de intervenção

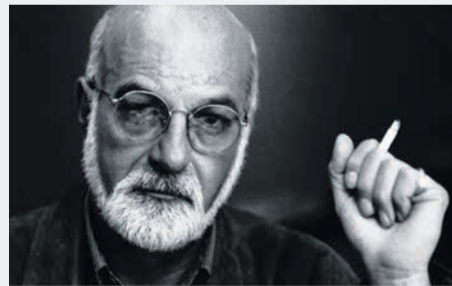
LUCA



O músico Gimba propõe uma viagem ao mundo da canção contemporânea do 25 de Abril de 1974. Através de um enquadramento histórico e cronológico, será feita uma visita à sociedade portuguesa da primeira metade da década de setenta e às transformações sociais consequentes à revolução. Dias 20 e 21 abril; 23 e 24 abril.

Ruy Duarte de Carvalho

Tigre de Papel



Quando se celebram 80 anos do nascimento do autor, a livraria lisboeta organiza um ciclo de conversas (online) em torno da sua obra. Escritor, antropólogo, cineasta, professor universitário, Ruy Duarte de Carvalho publicou uma extensa obra, de abordagens e géneros múltiplos, da literatura à antropologia ou cinema que agora se revisitam.

Histórias Globais da Revolução de 1974-1975



O Instituto de História Contemporânea, em parceria com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, inaugura um seminário permanente (mensal e online) cuja proposta passa por expôr e discutir as relações transnacionais presentes no processo revolucionário português. Primeira sessão a 15 de abril.

8998, Pomar

Museu do Aljube



A próxima exposição temporária do Museu Resistência e Liberdade resulta de uma parceria com a Atelier-Museu Júlio Pomar. Apresentar-se-ão trabalhos de desenho, gravura e pintura, mas também documentos alusivos a obras e episódios de censura que remetem para o período de clausura, e de perseguição pela PIDE ao pintor.

ASSOCIATIVISMO



XXX Festival Internacional de Bandas Filarmónicas de Arrentela, em outubro de 2019, na Vila de Corroios.

A importância do associativismo no pós-pandemia

Jorge Carvalho

Com a imposição do confinamento geral pelos vários estados de emergência propostos pelo Presidente da República e aprovados pelo Governo, as condições sociais e económicas de muitos portugueses foram agravadas. Dos salários ao desaparecimento de muitos postos de trabalho, passando pela incapacidade de manter pequenas e médias empresas, o impacto económico e social da pandemia está, hoje, no centro das nossas preocupações, tanto quanto está a questão da saúde. Na saúde, não falamos, apenas, dos efeitos diretos do vírus, das suas consequências na qualidade de vida de quem foi infetado ou da devastadora perda de vidas, mas, também, de saúde mental, de ansiedade, perda de expectativas e desmotivação. Se existe esperança na superação desta realidade e sentimos que a pandemia terá um fim, é importante que consigamos preparar aquilo que será a nossa vida em comunidade depois da pandemia.

À nossa volta, muitos são os pequenos negócios que estão a lutar pela sobrevivência. Muitos anunciaram já o encerramento. Com eles desaparecerão espaços de sociedade que tomáramos por habituais no nosso quotidiano e dos quais nos vimos privados. A habituação à perda da vida social e da fruição do lazer em comunidade pode ter consequências graves na forma como construímos juntos a nossa realidade comum, a forma como nos relacionamos e como criamos laços de cuidado, de fraternidade e de vizinhança.

As vagas deixadas por aqueles que não aguentaram a manutenção dos seus negócios (cafés, bares, restaurantes) correm o risco de ser ocupadas por negócios que não refletem a cultura dos nossos bairros, a sua diversidade e a sua singularidade. De resto, não há novidade no desaparecimento gradual desses espaços na última década e na sua substituição por *franchisings* uniformizados, impessoais e descaracterizados. Essa substituição deve muito ao modelo imobiliário a que as cidades foram sujeitas, que se apropriou daquilo que sempre correspondeu a uma afirmação social das comunidades. É dessa afirmação social que precisamos no momento em que se irá aprofundar o desaparecimento dos lugares com os quais nos podemos identificar, que se adequam à nossa forma de vida e às nossas necessidades de participação e de fruição.

O papel do associativismo é, por isso, determinante. Durante mais de um século, o associativismo foi um elemento de consolidação social que mobilizou comunidades inteiras na prossecução de um interesse comum. Foi através do associativismo que a vida da classe trabalhadora encontrou força e determinação para se organizar e decidir a finalidade que dá às suas formas de organização e de ocupação do espaço público, sem dependência de atividades esporádicas promovidas por quem quer controlar a sua consciência sobre o poder que tem quando se mobiliza. Com o associativismo, as populações não desistem de criar o seu próprio quotidiano e não se deixam influenciar pelo facilitismo do café descaracterizado ou pelo bar das 120 marcas de cerveja que nunca vão beber e cujos horários são incom-

patíveis com a sua realidade laboral e familiar. É o associativismo, aliás, que faz com que muitos trabalhadores defendam o seu direito ao tempo de lazer, o seu direito a um horário de trabalho que lhes permita participar social e culturalmente na vida da sua cidade, do seu bairro, da sua rua.

A realidade dos últimos anos afastou muitos de nós da vida das nossas associações. O desinteresse pelo associativismo tem origem na sobrecarga do horário do trabalho, no modelo económico que favoreceu a especulação imobiliária e a consequente perda de relações de vizinhança e de pertença, e o consumo individualista, acrescentando a isso o aumento da oferta do entretenimento doméstico. Gerou-se a ideia de que o espaço das associações estava envelhecido, não correspondia a um modo de vida moderno e que a vida associativa roubava tempo ao descanso, quando na verdade é essa vida que retira as pessoas do isolamento social e de um certo sedentarismo.

Mais do que nunca, é preciso inverter essa tendência para o sedentarismo e para o isolamento e devolver às populações espaços de convívio e participação social com os quais se identifiquem. No pós-pandemia, vai ser fundamental recuperar os espaços de sociedade, os cafés e bares das associações, a atividade cultural que o associativismo desenvolve a partir das escolhas e dos horizontes dos seus associados e amigos e recuperar as relações que nos foram negadas no último ano. Este deve ser um objetivo não só das pequenas associações, mas também dos clubes desportivos e de outras formas de organização que têm na classe trabalhadora a sua base social.